

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2022



# Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos

## Concurso Público para preenchimento de vagas de Analista em Assistência Social e Direitos Humanos

### Assistente Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Básicos

Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Mobilidade urbana facilita o deslocamento das pessoas em uma cidade.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

*Todos já ouvimos falar de crianças hiperativas, que não conseguem ficar paradas; ou daquelas que sonham acordadas e se distraem ao menor dos estímulos. Da mesma forma, é comum ouvirmos histórias de adultos impacientes, que comumente iniciam projetos e os abandonam no meio do caminho. Apresentam altos e baixos, são impulsivos, esquecem compromissos, falam o que lhes dá na telha. Comportamentos como esses são característicos do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), classificado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA).*

*Quando se pensa em TDAH, logo vêm à mente imagens de um cérebro em estado de caos. Diante dessa visão restrita, pode-se ter a ideia errônea de que pessoas com TDAH estariam fadadas ao fracasso; mas, ao contrário disso, grande parte delas atuam nas mais diversas áreas profissionais de forma brilhante.*

*Muitas teorias têm sido elaboradas para elucidar a origem do sucesso obtido por personalidades com comportamento TDAH nos mais diversos setores do conhecimento. Porém, a ciência não tem uma explicação exata para esse fato; até porque o funcionamento cerebral humano não segue nenhuma lógica aritmética previsível. Ideias, sensações e emoções não podem ser quantificadas; são características humanas imensuráveis. Nesse território empírico, uma coisa é certa: o funcionamento cerebral TDAH favorece o exercício da mais transcendente atividade humana: a criatividade.*

*Se entendermos criatividade como a capacidade de ver os mais diversos aspectos da vida através de um novo prisma e então dar forma a novas ideias, notaremos que a mente TDAH, em meio à confusão resultante do intenso bombardeio de pensamentos, é capaz de entender o mundo sob ângulos habitualmente não explorados.*

*A hiper-reatividade é responsável pela capacidade da mente TDAH de não parar nunca. Trata-se de uma hipersensibilidade que essa mente possui de se ligar a tudo ao mesmo tempo. Uma vez que está sempre reagindo a si mesma, essa mente pensa e repensa o tempo todo. Esse estado de inquietação mental permanente mantém toda uma rede de pensamentos e imagens em atividade intensa, proporcionando, assim, o terreno ideal para o exercício da criatividade.*

(Adaptado de: SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Inquietas: TDAH – desatenção, hiperatividade e impulsividade**. São Paulo: Globo, 2014, edição digital)

1. Exprime noção de **finalidade** o elemento sublinhado em:

- (A) até porque o funcionamento cerebral humano não segue nenhuma lógica aritmética previsível (3º parágrafo)
- (B) Porém, a ciência não tem uma explicação exata para esse fato (3º parágrafo)
- (C) Muitas teorias têm sido elaboradas para elucidar a origem do sucesso (3º parágrafo)
- (D) proporcionando, assim, o terreno ideal para o exercício da criatividade (último parágrafo)
- (E) mas, ao contrário disso, grande parte delas atuam nas mais diversas áreas profissionais (2º parágrafo)

2. Mantém-se a correção e, em linhas gerais, o sentido na redação alternativa do seguinte segmento:

- (A) *Diante dessa visão restrita* (2º parágrafo) = Devido à essa perspectiva errônea
- (B) *características humanas imensuráveis* (3º parágrafo) = qualidades humanas desperdiçadas
- (C) *e os abandonam no meio do caminho* (1º parágrafo) = e lhes deixam inacabados
- (D) *o que lhes dá na telha* (1º parágrafo) = o que ocorre a eles
- (E) *em meio à confusão resultante* (4º parágrafo) = diante da incoerência reinante

3. Depreende-se que certas características do transtorno abordado no texto

- (A) criam condições propícias para o surgimento da criatividade.
- (B) produzem indivíduos irritadiços, mas com considerável potencial intuitivo.
- (C) provocam constante ansiedade decorrente da profusão de pensamentos simultâneos.
- (D) produzem empecilhos intransponíveis para o sucesso profissional.
- (E) retardam, durante a infância, o desenvolvimento cognitivo e interpessoal.



4. *Uma vez que está sempre reagindo a si mesma, essa mente pensa e repensa o tempo todo.* (último parágrafo)

Mantendo as relações de sentido, o trecho acima pode ser reescrito do seguinte modo:

- (A) Conquanto esteja sempre reagindo a si mesma, essa mente pensa e repensa o tempo todo.
- (B) Por conseguinte, essa mente pensa e repensa o tempo todo, sempre reagindo a si mesma.
- (C) Conforme pensa e repensa o tempo todo, essa mente sempre reage a si mesma.
- (D) Essa mente pensa e repensa, embora esteja o tempo todo reagindo a si mesma.
- (E) Essa mente pensa e repensa o tempo todo, pois está sempre reagindo a si mesma.

5. Está correta a **redação** do livre comentário que se encontra em:

- (A) Defende-se hoje que a maior eficiência no tratamento do transtorno do déficit de atenção deve-se primordialmente à compreensão de certos fatores neurobiológicos envolvidos no problema.
- (B) O funcionamento do cérebro na presença do TDAH, é bastante peculiar, pois acabam gerando comportamentos típicos, responsáveis por suas melhores características, bem como por suas angústias e desacertos.
- (C) O universo TDAH enfrenta alterações o qual compromete não só a atenção, mas a impulsividade e a atividade mental, onde oscilam entre a plenitude criativa e a exaustão.
- (D) Embora o conhecimento sobre suas origens ainda sejam limitadas, descobriu-se, por meio de pesquisas científicas, que relevante papel no transtorno do déficit de atenção recai sobre fatores genéticos.
- (E) Lapsos de dispersão, fenômeno comum aqueles que enfrentam o TDAH, acabam causando dificuldade de organização em diversos setores da vida, o que, por sua vez, trazem também problemas de relacionamento interpessoal.

6. O verbo flexionado no plural que também pode ser corretamente flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está em:

- (A) *Todos já ouvimos falar de crianças hiperativas, que não conseguem ficar paradas.*
- (B) *grande parte delas atuam nas mais diversas áreas profissionais*
- (C) *Ideias, sensações e emoções não podem ser quantificadas; são características humanas imensuráveis.*
- (D) *Muitas teorias têm sido elaboradas para elucidar a origem do sucesso obtido*
- (E) *Quando se pensa em TDAH, logo vêm à mente imagens de um cérebro em estado de caos.*

7. *Esse estado de inquietação mental permanente mantém toda uma rede de pensamentos e imagens em atividade intensa* (último parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) se mantenha
- (B) é mantido
- (C) se mantenham
- (D) são mantidos
- (E) é mantida

8. Respeitam-se as normas de pontuação no seguinte segmento adaptado do texto:

- (A) A impulsividade e a desatenção aos compromissos, costumam estar presentes em pessoas com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade.
- (B) Crianças hiperativas que não conseguem ficar paradas e que, sonham acordadas, distraem-se com o menor dos estímulos.
- (C) A criatividade costuma ser entendida como a capacidade de ver os mais diversos aspectos da vida através de um novo prisma, por meio do qual novas ideias podem surgir.
- (D) Já foram elaboradas, muitas teorias, visando a desvendar a origem do sucesso, obtido por personalidades famosas com comportamento TDAH.
- (E) Apesar de fazer suposições verossímeis, a ciência, não é capaz de: quantificar ideias, sensações e emoções tipicamente humanas.



Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 9 a 12.

*A tarde cai, por demais  
Erma, úmida e silente...  
A chuva, em gotas glaciais,  
Chora monotonamente.*

*E enquanto anoitece, vou  
Lendo, sossegado e só,  
As cartas que meu avô  
Escrevia a minha avó.*

*Enternecido sorrio  
Do fervor desses carinhos:  
É que os conheci velhinhos,  
Quando o fogo era já frio.*

*Cartas de antes do noivado...  
Cartas de amor que começa,  
Inquieto, maravilhado,  
E sem saber o que peça.*

*Temendo a cada momento  
Ofendê-la, desgostá-la,  
Quer ler em seu pensamento  
E balbucia, não fala...*

*A mão pálida tremia  
Contando o seu grande bem.  
Mas, como o dele, batia  
Dela o coração também.*

(BANDEIRA, Manuel. **Cartas de Meu Avô**)

9. *Cartas de antes do noivado...  
Cartas de amor que começa,  
Inquieto, maravilhado,  
E sem saber o que peça*

O elemento sublinhado acima refere-se a

- (A) fogo
  - (B) frio
  - (C) cartas
  - (D) noivado
  - (E) amor
- 
10. Identifica-se uma explicação no seguinte trecho:
- (A) *A mão pálida tremia*
  - (B) *A tarde cai, por demais*
  - (C) *E sem saber o que peça.*
  - (D) *Quer ler em seu pensamento*
  - (E) *É que os conheci velhinhos*



11. Está correta a **redação** da seguinte frase adaptada do poema:
- (A) Sorriu enternecido ao ler as cartas que, antes do noivado, o avô escrevera à avó.
  - (B) Antes do noivado, o avô escrevera cartas à avó, onde a relendo, sorri enternecido.
  - (C) Ao ler as cartas que, o avô escrevera à avó antes do noivado, sorriera, enternecido.
  - (D) Sorria, enternecido, enquanto lera as cartas que o avô escrevera à avó antes do noivado.
  - (E) As cartas que o avô escrevia à avó antes do noivado fez-lhe sorrir.

12. Mas, como o dele, batia / Dela o coração também.

A frase acima se manterá correta, sem prejuízo para o sentido original, caso o trecho sublinhado seja substituído por:

- (A) devido ao coração dele
- (B) por que batia o coração dele
- (C) do mesmo modo que o coração dele
- (D) se batesse o coração dele
- (E) conforme o coração dele

### Noções de Direitos Humanos

13. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece **expressamente** que todos os seres humanos têm deveres para com
- (A) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.
  - (B) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.
  - (C) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.
  - (D) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.
  - (E) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.
14. Uma das características dos direitos humanos é a imprescritibilidade, a qual significa que
- (A) devem ser exercidos diretamente por seus titulares independentemente da necessidade de prescrição legal ou judicial.
  - (B) devem ser reconhecidos pelas leis de cada Estado de modo que, após o reconhecimento, não possam mais ser revogados.
  - (C) não precisam ser escritos, bastando que façam parte de um consenso social e cultural para que sejam exigidos e respeitados.
  - (D) não podem ser proscritos pela lei interna do país caso já tenham sido reconhecidos em nível internacional.
  - (E) o decorrer do tempo sem que tenham sido concretizados não retira de seu titular a possibilidade de exigi-los a qualquer momento.
15. É exemplo de mecanismo internacional de proteção aos direitos humanos na ordem internacional a
- (A) denúncia dos violadores para julgamento perante o Tribunal Internacional de Direitos Humanos, criado pela Carta das Nações Unidas, onde podem vir a ser condenados por crimes contra a humanidade.
  - (B) concessão de asilo multilateral e salvo conduto internacional a defensores de direitos humanos ameaçados em seus territórios.
  - (C) possibilidade de apresentação de uma petição ou comunicação individual de violação de direitos humanos por parte de uma pessoa perante um organismo internacional competente.
  - (D) investigação pela Organização Internacional de Polícia sempre que chega a seu conhecimento notícia de violação sistemática de direitos humanos em determinado território.
  - (E) intervenção direta pelas Forças de Segurança da Organização das Nações Unidas, autorizadas por seu Conselho de Segurança, em caso de grave violação dos direitos fundamentais de grupos vulneráveis.

16. As ações afirmativas

- (A) têm caráter temporário.
- (B) baseiam-se no princípio da igualdade formal previsto na Constituição Federal.
- (C) devem ser aplicadas, simultaneamente, em relação a todos os grupos sociais vulneráveis, sob pena de violar a isonomia existente entre eles.
- (D) são baseadas em critérios estritos de meritocracia.
- (E) dependem sempre de autorização legal para não configurarem discriminação negativa.



17. Ainda que seja objeto de crítica, a doutrina tradicional aponta como traço que distingue os direitos sociais dos direitos civis e políticos o fato de os direitos
- (A) sociais, diferentes dos direitos civis, terem clara natureza prestacional.
  - (B) sociais serem de natureza potestativa e os direitos civis e políticos serem de natureza bilateral.
  - (C) civis e políticos serem de natureza absoluta e os direitos sociais, de natureza relativa.
  - (D) civis e políticos serem uma demanda dos países em desenvolvimento e os direitos sociais, uma demanda dos países desenvolvidos.
  - (E) civis e políticos demandarem previsão constitucional e os direitos sociais serem regidos por leis ordinárias.
- 
18. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito ao gozo de condições de trabalho justas e favoráveis que assegurem, entre outros aspectos expressamente previstos,
- (A) proteção contra demissões injustas, arbitrárias e unilaterais.
  - (B) proibição de demissões em massa sem prévio acordo coletivo.
  - (C) garantia às mulheres de perceber a mesma remuneração que a dos homens por trabalho igual.
  - (D) descanso semanal remunerado e férias remuneradas não inferiores a 7 dias.
  - (E) remuneração proporcional ao nível de escolaridade e ao preparo acadêmico do trabalhador.

#### Noções de Direito da Pessoa com Deficiência

19. A internação compulsória, conforme prevista na Lei nº 10.216/2001, é aquela
- (A) determinada pelo médico quando o paciente está impossibilitado de decidir, sendo aceitável o uso moderado e humanizado da força para concretizá-la.
  - (B) aplicada por junta médica, sempre que necessária, por razões de ordem pública e segurança do próprio paciente, independentemente de laudo médico que a recomende.
  - (C) determinada pela Justiça, de acordo com a legislação vigente, e pressupõe laudo médico circunstanciado que caracterize seus motivos.
  - (D) aplicada em face de pessoas que não aceitem ou estejam impossibilitadas de aceitar a internação.
  - (E) aplicada a pedido de terceiro, com recomendação médica e autorização judicial prévia.
- 
20. Larissa, com 6 anos, tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Tentou estudar em uma escola regular particular, mas a vaga foi negada, a menos que a criança tivesse um acompanhante pago pela família. A mãe tentou matriculá-la em escola regular pública, mas a matrícula foi recusada sob alegação de falta de estrutura para atender à criança. A criança está fora da escola e a mãe está procurando vaga em escola especial, mas não encontrou nenhuma que pudesse pagar. Segundo o que dispõe expressamente a legislação sobre o tema,
- (A) a escola privada somente pode recusar a matrícula de Larissa caso seus familiares não queiram ou não possam arcar com as despesas de um acompanhante especializado.
  - (B) Larissa somente poderá estudar em escola especializada, pública ou privada, caso fique demonstrada sua inadaptação em escola regular, sujeitando-se a multa as escolas especializadas que atenderem crianças fora dessas condições.
  - (C) Larissa tem reconhecido seu direito de estudar numa escola especial para crianças com autismo ou outras deficiências, às custas do Estado, se não houver equipamento público e a família comprovar carência de recursos.
  - (D) Larissa deve estudar em escola regular inclusiva, sendo passíveis de penalização, inclusive criminal, os gestores públicos ou privados que recusaram a matrícula.
  - (E) a escola privada não é obrigada a aceitar a matrícula de Larissa, mas ela não poderia ter sua matrícula recusada em escola pública.
- 
21. O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde
- (A) à limitação de natureza funcional, decorrente de alguma alteração fisiológica, que, para seu portador, restringe suas oportunidades de integração ajustada e plena e favorece a exclusão social.
  - (B) ao conjunto de restrições de origem biopsíquica que afetam a plena integração do indivíduo na sociedade, tornando-o portador de necessidades especiais cujo atendimento é dever do Estado, sociedade e família.
  - (C) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.
  - (D) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
  - (E) ao impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



22. A Lei nº 17.199/2006, com suas alterações posteriores, que institui no âmbito da cidade do Recife a Política Municipal de inclusão da pessoa com deficiência, adota expressamente como linha de ação da política de inclusão,
- (A) criar serviço de transporte público especializado destinado a transportar gratuitamente pessoas que não possuem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma aos meios de transporte convencionais ou que tenham grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos e mobiliários urbanos.
  - (B) implantar centros de referência em reabilitação nas regiões político-administrativas do Recife, de forma direta ou indireta, utilizando a capacidade instalada da rede histórica de reabilitação existente na cidade.
  - (C) criar a carreira do agente de inclusão, com a tarefa, transversal aos diferentes segmentos da política pública, de integrar a pessoa com deficiência e sua família às instâncias, públicas e privadas, de garantia de seus direitos.
  - (D) criar e implantar a Subsecretaria Especial da Pessoa com Deficiência, vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.
  - (E) realizar, a cada dois anos, garantida a ampla participação popular, a Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência, com objetivo de avaliar o cumprimento da política de inclusão social do município e propor metas de curto, médio e longo prazo.

23. Em relação à capacidade civil, considerando os termos expressos da legislação vigente sobre o tema,
- (A) em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será submetida à curatela, cabendo, em relação aos assuntos de natureza patrimonial e negocial, a tomada de decisão apoiada.
  - (B) a pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, teve reconhecido seu direito de manifestar sua opinião e tê-la levada em consideração em todos os assuntos que a afetem, cabendo a decisão final, contudo, ao seu representante legal ou ao Judiciário no caso de divergência.
  - (C) havendo laudo médico que ateste a incapacidade da pessoa com deficiência reger-se para os atos da vida civil e formular seus juízos de forma autônoma, deverá ser designado a ela um tutor, que a representará em todos os assuntos que a afetem.
  - (D) a pessoa com deficiência intelectual sem discernimento para a prática dos atos da vida civil deixou, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, a condição de absolutamente incapaz, passando à categoria de relativamente incapaz.
  - (E) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de casamento, união estável, planejamento familiar e guarda dos filhos.

24. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é obrigação expressa das empresas privadas,
- (A) garantir a disponibilização de conteúdos de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.
  - (B) fomentar a pesquisa e a inovação voltadas à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.
  - (C) garantir a acessibilidade aos sítios da internet por elas mantidos sempre que tiverem sede ou representação comercial no País.
  - (D) promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica.
  - (E) incentivar a oferta e oferecer descontos em aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade.

### Noções de Legislação

25. Segundo estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social, a **organização** da assistência social terá como base as diretrizes de
- (A) comando único no controle das ações em todos os níveis, proteção à velhice e à pessoa com deficiência, protagonismo familiar na implantação e gestão dos serviços.
  - (B) descentralização político-administrativa, participação da população na formulação das políticas e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política.
  - (C) integração de ações públicas com as de natureza beneficente, proteção à maternidade e à velhice e concessão de benefícios aos que deles necessitarem.
  - (D) cofinanciamento de programas e projetos, concessão de benefícios eventuais e provisões suplementares e supremacia da vontade do usuário na oferta dos serviços.
  - (E) vigilância socioassistencial, amparo a crianças e adolescentes carentes e igualdade de direitos no acesso ao atendimento.



26. Ao funcionário público do Recife, conforme previsto na Lei Municipal nº 14.728/1985 e alterações, é expressamente PROIBIDO
- (A) fixar residência fora do município do Recife ou de sua região metropolitana, não estando aposentado.
  - (B) criticar, do ponto de vista da organização do serviço, por meio de trabalho assinado, os atos da Administração pública.
  - (C) fazer circular ou subscrever listas de donativos no recinto do trabalho.
  - (D) manter sigilo sobre fatos que tenha conhecimento em razão do cargo.
  - (E) participar, se na ativa, de sociedade comercial como acionista, cotista ou comanditário.
- 
27. Segundo o Estatuto da Juventude, é diretriz expressa a ser observada pelos agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude:
- (A) combater o uso de drogas e a gravidez precoce.
  - (B) promover o território como espaço de integração.
  - (C) estabelecer a política cultural como eixo estruturante das demais políticas, programas e ações.
  - (D) ampliar a integração de grupos juvenis por meio de plataformas digitais públicas.
  - (E) garantir acesso universal e gratuito ao ensino médio e à educação superior.
- 
28. O Estatuto da Igualdade Racial considera desigualdade de gênero e raça
- (A) o processo resultante de mecanismos históricos de discriminação dirigidos à população negra que produz exclusão social na vida pública e privada.
  - (B) a diferença entre o nível médio de renda e acesso a bens culturais pela população negra quando comparado com os demais segmentos populacionais.
  - (C) toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
  - (D) toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular o exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos.
  - (E) a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- 
29. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, entre outras, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas. Sobre tais medidas, é correto afirmar que
- (A) as medidas socioeducativas podem ser aplicadas também aos pais ou responsável, ao passo que as medidas protetivas têm como destinatários apenas crianças e/ou adolescentes.
  - (B) liberdade vigiada e acolhimento institucional são exemplos de medidas socioeducativas, ao passo que acompanhamento temporário e advertência aos pais são exemplos de medidas de proteção.
  - (C) as medidas socioeducativas são aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional e as medidas de proteção são aplicáveis à criança autora de ato infracional.
  - (D) ao Sistema Único de Assistência Social incumbe viabilizar os meios para cumprir medidas de proteção, não sendo de sua alçada os serviços de medidas socioeducativas.
  - (E) o Conselho Tutelar pode aplicar medidas de proteção e medidas socioeducativas a crianças, enquanto as medidas socioeducativas a adolescentes são aplicáveis apenas pela autoridade judiciária.
- 
30. A figura do educador/cuidador residente, segundo o documento *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)* refere-se, especificamente,
- (A) à pessoa ou casal que reside juntamente com as crianças/adolescentes no serviço de acolhimento estruturado na modalidade de casa-lar.
  - (B) à referência principal da criança ou adolescente quando inseridos em medida de acolhimento familiar e comunitário.
  - (C) ao profissional da equipe mínima de qualquer modalidade de acolhimento institucional cuja tarefa principal é servir de referência afetiva estável aos acolhidos.
  - (D) ao profissional cuja formação se promove mediante imersão nas rotinas de um serviço de acolhimento.
  - (E) à figura central da modalidade de acolhimento na qual as crianças permanecem provisoriamente na residência de cuidadores voluntários sob supervisão da rede assistencial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) estabelece que a gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) é composta por eixos estruturantes, sendo um deles
- (A) o financiamento partilhado essencialmente entre o governo federal e a sociedade civil.
  - (B) a valorização do controle exercido pelo Estado sobre a sociedade para evitar desvios de recursos públicos e manter uma participação controlada.
  - (C) a precedência da gestão privada e do voluntariado com apoio técnico e financeiro do poder público para a política de assistência social.
  - (D) a participação popular/cidadão usuário.
  - (E) a centralização político-administrativa, considerando que a gestão é definida pela esfera federal.
- 
32. Um adolescente de 15 anos de idade, aprendiz, praticou um ato infracional, de modo que houve determinação judicial de encaminhamento para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Considerando que a medida aplicada foi a de PSC, no atendimento desse serviço será necessária a
- (A) observação da carga horária da prestação de serviços à comunidade, pois, caso o horário estabelecido o impeça de frequentar a escola, deverá ser expedida declaração para justificar sua ausência no estabelecimento escolar.
  - (B) observância da legislação que impede o adolescente de ser inserido em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais durante o período de cumprimento de medida socioeducativa.
  - (C) elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) que envolve somente a participação do adolescente, considerando que o plano de acompanhamento familiar deverá ser elaborado exclusivamente pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif).
  - (D) articulação da prestação dos serviços para que seja executada em entidades sociais, ou hospitais, ou órgãos governamentais com jornada de 20 a 40 horas semanais, configurando tarefa remunerada, cujo valor não poderá exceder um salário mínimo.
  - (E) identificação de local para a prestação de serviços que deve se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.
- 
33. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas) estabelece princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social. Conforme essa normativa, configura-se como princípio ético
- (A) o reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda, desde que estes estejam associados à contrapartida social, a exemplo de participação em cursos de capacitação e prestação de serviços.
  - (B) o incentivo para que os usuários exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção.
  - (C) a promoção aos usuários do acesso à informação, restrito àquelas que o profissional julgar necessárias, incluindo a informação sobre o nome do profissional, que pode ser omitido, conforme o perfil do usuário atendido.
  - (D) a contribuição para a criação de mecanismos que venham a burocratizar a relação com os usuários, no sentido de que os processos e fluxos estabelecidos, mesmo que demorados, sejam eficientes e eficazes.
  - (E) a proibição de devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, considerando que tais dados são para uso da gestão e de institutos de pesquisa e não são de interesse dos usuários.
- 
34. Um dos desafios da Política Pública de Assistência Social é a organização e implementação da vigilância socioassistencial, compreendida como
- (A) uma prática baseada em auditorias e fiscalizações em relação aos usuários, às equipes de trabalhadores da política de assistência social, assim como em relação às organizações prestadoras de serviços socioassistenciais não governamentais.
  - (B) uma proposta que se identifica com a perspectiva do uso de informações sobre os usuários como um simples banco de dados, que permite a verificação do cumprimento das condicionalidades de determinados programas socioassistenciais, além de constituir um cadastro do perfil socioeconômico dos usuários para definição dos critérios de acesso.
  - (C) uma proposição que contribui para a valorização do caráter emergencial e fragmentado das ações assistenciais, limitando-se a verificar a oferta e a demanda, e atendo-se à necessidade de atendimento caso a caso, família a família.
  - (D) a efetivação da lógica do uso da informação como uma imposição que vem de cima para baixo, ou mesmo de espaços externos à operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais para exercer a função de fiscalização e controle.
  - (E) uma função da política de assistência social, que, além da dimensão técnica, possui uma dimensão política, pois envolve disputas, no campo prático e político da ação e da intervenção pública, para a definição dos valores, concepções e convenções sociais que orientam a direção da política pública.



35. O assistente social de uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) organizou uma oficina com famílias, cujo tema se referia aos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Dentre os questionamentos que surgiram, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a respeito do qual se deve esclarecer que
- (A) considera-se família aquela composta pelo requerente, cônjuge ou companheiro, pais e, na ausência de um deles, madrasta ou padrasto, irmãos solteiros/casados, filhos e enteados solteiros/casados e menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
  - (B) o cálculo da renda familiar *per capita*, para a concessão do BPC à pessoa idosa, não poderá considerar o valor do BPC já concedido a outro idoso na família (conforme regulamentação legal para a concessão desse benefício).
  - (C) o requerimento do benefício deve ser encaminhado por meio da agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a agência local do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que terá o prazo de noventa dias para deferir ou indeferir a referida solicitação.
  - (D) a comprovação da inexistência de atividade remunerada ou renda informal deve ocorrer mediante declaração do Conselho Municipal de Assistência Social, ou de autoridades locais, para apresentar no momento da feitura do Cadastro Único.
  - (E) o valor do BPC para a pessoa idosa a partir de 60 anos de idade é de R\$ 400,00 e a partir de 70 anos de idade, é de um salário mínimo.
- 
36. A Constituição Federal de 1988 trouxe para a política de assistência social um novo horizonte, que é do campo dos direitos. Nessa linha, esta política pública deve ser entendida como
- (A) uma política pública de mediação ao acesso a direitos humanos e sociais apenas, o que se assemelha a uma advocacia social em defesa de acesso aos direitos sociais a serem providos pelas demais políticas públicas.
  - (B) uma política social do ponto de vista do direito do cidadão, que se caracteriza por ser fluante e descontínua, dependendo do momento ou contexto vivenciado no local.
  - (C) aquela que assegura determinados direitos de proteção social inscritos no âmbito da seguridade social brasileira, aprofundando seguranças sociais com a responsabilidade de superar incertezas e desproteções sociais que impedem ou fragilizam a seguridade social dos cidadãos.
  - (D) aquela que deve prestar atendimento a todos os cidadãos que tenham qualquer problema vinculado à baixa renda nos campos da saúde, moradia, educação etc., considerando que a assistência social não tem uma especificidade de atendimento.
  - (E) uma política pública que atua na perspectiva socioeducativa em cuja definição de condicionalidades as famílias devem demonstrar que têm boa vontade, de modo que trabalha pautada pela orientação de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.
- 
37. O Fórum Municipal dos Usuários da Assistência Social de Recife irá realizar uma atividade em defesa da Política Pública de Assistência Social e o assistente social foi convidado a participar da referida ação. Diante do Código de Ética Profissional, sua postura deverá ser
- (A) informar aos usuários que esse tipo de atividade não é compatível com o papel de um Fórum de Usuários, pois este deve se ater à promoção de atividades de interação e integração entre usuários, trabalhadores e comunidade, para que os vínculos possam ser fortalecidos.
  - (B) de agradecer o convite, mas informar que não poderá estar presente, porque, na legislação trabalhista e de seu código de ética, não há reconhecimento da participação do profissional em atividades de defesa dos direitos humanos e sociais que extrapolam o âmbito institucional.
  - (C) de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, informando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.
  - (D) de agradecimento ao convite, mas informando que não poderá participar da atividade porque a defesa e luta pela qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade, sobretudo, dos próprios usuários, cabendo ao profissional ater-se ao compromisso de uma adequada e correta prestação de serviços, a partir dos recursos que a ele são disponibilizados.
  - (E) de incentivar essa proposta do Fórum e confirmar sua participação, mas informar que não poderá se posicionar em favor da ampliação e consolidação da cidadania por meio dos direitos sociais, pois tal prática é de responsabilidade dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Categorias Profissionais.
- 
38. Para a organização do Sistema Único de Assistência Social, dentre outros requisitos, há o estabelecimento de um quadro de recursos humanos composto por diversas categorias profissionais. Quanto ao trabalho do assistente social nessa área, uma de suas atribuições é
- (A) assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos.
  - (B) elaborar estudo social para o Poder Judiciário, que subsidie a Destituição de Poder Familiar para os casos em que houver análise de comportamentos desajustados dos pais.
  - (C) realizar diagnóstico psicossocial que viabilize a construção de projetos de intervenção com vistas à autonomia e emancipação do usuário.
  - (D) avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, nos diferentes contextos que envolvem a vida do usuário.
  - (E) desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicossocial individual e coletiva do usuário.



39. Um dos pilares de sustentação de uma política pública é o financiamento. É compreendido como um conjunto de mecanismos, regras e condições que asseguram meios para a efetivação das ações para que haja a possibilidade de atendimento da população. Na assistência social, houve grandes avanços na formulação de seu financiamento porque
- (A) houve, além da previsão do Fundo de Assistência Social, a implementação do financiamento com a instituição do Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac).
  - (B) regularizou-se como condição para os repasses dos convênios, a instalação dos Conselhos de Assistência Social e de Defesa de Direitos, dos Fundos e do Plano de Assistência Social e de Defesa de Direitos dos vários segmentos.
  - (C) adotou-se a sistemática de transferência “fundo a fundo” e a “partilha” como ferramenta de regularidade e viabilizadores do cofinanciamento federal.
  - (D) estabeleceu-se a lógica de repasse com base na série histórica por meio da Rede SAC (Rede de Serviços de Ação Continuada) com base fixada em valores *per capita* e a lógica convencional.
  - (E) valorizou-se a relação com o poder legislativo, recuperando a forma tradicional de operacionalização da política pública por meio de emendas parlamentares como a via principal para o financiamento público.
- 
40. A participação se constitui como fator condicionante da política de assistência social e está prevista no art. 204 da Constituição Federal de 1988 e no art. 5º da Lei Orgânica da Assistência Social. Uma das formas como a participação se expressa é por meio do Conselho de Assistência Social. Quanto ao papel dessa instância participativa, afirma-se que deve
- (A) gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único, de forma a garantir que não ocorram desvios de recursos públicos com a inclusão de famílias que estejam fora dos critérios estabelecidos pelo programa.
  - (B) realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial.
  - (C) acompanhar e avaliar a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial, não cabendo a essa instância a normatização e fiscalização, cuja responsabilidade é do órgão gestor e de órgãos externos de controle.
  - (D) exercer o controle e a fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social, mediante a apreciação da proposta orçamentária, mas, nessa matéria, não tem responsabilidade de aprovação, cabendo tal prerrogativa legal ao órgão gestor dessa política pública.
  - (E) cumprir um papel deliberativo e estratégico no Sistema Único de Assistência Social (Suas) de agente participante da formulação, avaliação, controle e fiscalização da política de assistência social.
- 
41. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é uma importante normativa que padronizou, em todo o território nacional, os serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo um novo patamar para a oferta do direito socioassistencial. No que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV),
- (A) têm prioridade para atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas seguintes situações, dentre outras: trabalho infantil; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; acolhimento; cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; situação de abuso e/ou exploração sexual; crianças e adolescentes em situação de rua e vivências de isolamento social.
  - (B) por prestar atendimento ao público da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, o referido Serviço está referenciado tanto na unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), como na unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
  - (C) seus usuários não devem ser incluídos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), considerando que o trabalho social com famílias a ser realizado é semelhante, uma vez que ambos trabalham com fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
  - (D) os usuários vinculados aos serviços da proteção social especial estão impedidos de participar do respectivo Serviço considerando sua vinculação na Proteção Social Básica e seu caráter preventivo, público esse que já está enfrentando situações de violação de direitos.
  - (E) as crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho infantil podem ser encaminhados e incluídos no referido Serviço e, para tanto, considerando a especificidade dessa violação de direitos, é necessária a constituição de grupos formados exclusivamente pelo público que esteja nessa condição, para possibilitar a identificação e partilha de vivências.
- 
42. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) prevê que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais. Sobre esse direito, é correto afirmar:
- (A) A legislação estabeleceu o acesso para o idoso com mais de 60 anos, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a 1/4 do salário-mínimo.
  - (B) Destina-se às pessoas idosas, a partir de 65 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a unidade do Cras será responsável por fazer a solicitação da Carteira do Idoso no sistema nacional.
  - (C) Destina-se a todos os idosos com mais de 60 anos independente da renda *per capita* familiar, mas é obrigatório ter o Cadastro Único e a Carteira do Idoso.
  - (D) A Carteira do Idoso é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos.
  - (E) Para as pessoas idosas que não têm comprovação de renda, é necessária a expedição de declaração de ausência de renda, emitida por um assistente social, autoridade judiciária da área ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.



43. José tem 21 anos e estudou até o 8º ano do ensino fundamental. A renda da família é de 2 salários mínimos, e seu Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está atualizado. O jovem procurou o assistente social para obter informação sobre o seu direito de ter acesso a uma passagem para ir visitar o pai, que mora em outro estado. Com base no Estatuto da Juventude, deve haver o esclarecimento de que José
- (A) tem direito a esse benefício, mas necessita da comprovação da condição de jovem de baixa renda, por meio da declaração emitida por assistente social da unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras).
  - (B) não tem direito a esse benefício, porque é restrito ao jovem que tem a Carteira de Identificação Estudantil (CIE), documento que comprova a condição de estudante regularmente matriculado nos níveis e modalidades de educação e ensino.
  - (C) pode ter acesso a esse direito, porque há previsão para a pessoa com idade entre quinze e vinte e nove anos que pertence à família com renda mensal de até dois salários mínimos e que esteja inscrita no CadÚnico.
  - (D) pode ter acesso a esse direito, porque é destinado ao jovem de baixa renda e dele poderá usufruir somente esse ano, devido à idade, mas a passagem a que tem direito é intermunicipal, isto é, de um município para outro dentro do mesmo estado.
  - (E) não tem direito de acesso à passagem interestadual, porque, apesar de ser jovem de baixa renda, é limitada para pessoa com idade entre quinze e dezoito anos.
- 
44. Mariana, de 30 anos, já sofreu violência doméstica há alguns anos e participa de um grupo de acompanhamento para mulheres que enfrentaram essa situação. Relata que o atendimento policial foi realizado por uma servidora e que durante todo o processo teve que ter contato direto com o agressor. Participou de inúmeras inquirições sobre a violência vivida e teve de relatar, por várias vezes, particularidades da vida privada. Também foi a responsável por entregar a notificação para o agressor. Estava com dúvidas se os procedimentos efetuados foram corretos e solicitou esclarecimentos. Com base na Lei Maria da Penha,
- (A) os questionamentos sobre a vida privada devem fazer parte das inquirições, porque são eles que podem oferecer os subsídios necessários para a culpabilização do agressor.
  - (B) o procedimento de entrega da intimação pela ofendida está incorreto, pois a mesma não pode entregar a intimação ou notificação ao agressor.
  - (C) houve equívoco no atendimento policial ter sido realizado por uma servidora, pois, em se tratando de vítimas do mesmo sexo, o processo pode sofrer interpretação equivocada e o emocional influenciar na tomada de decisões dos encaminhamentos necessários.
  - (D) está correto que a mulher em situação de violência doméstica e familiar tenha contato direto com o agressor, para ter a garantia de que não se ausentará durante o período de tramitação do processo.
  - (E) é considerado como procedimento usual que a depoente se submeta a sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, como forma de que nenhum detalhe seja esquecido para compor os autos do processo.
- 
45. O Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como a doutrina da proteção integral, prevê, para as situações de impossibilidade de convivência familiar, a colocação em família substituta. Nessa medida,
- (A) para os casos de menores de 16 anos, não há necessidade do consentimento da criança e do adolescente, considerando que até essa idade não podem ser responsabilizados por seus atos e precisam ser protegidos.
  - (B) sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional e, em se tratando de maior de 12 anos de idade, será necessário seu consentimento em audiência.
  - (C) será precedida de preparação gradativa, cujo acompanhamento deverá ser realizado por técnico da unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e apoio da equipe interprofissional da Vara da Infância e da Juventude.
  - (D) em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatório que seja considerada e respeitada sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, independente de serem compatíveis com os direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
  - (E) a transferência da criança ou adolescente a terceiros poderá ser realizada por iniciativa da própria família substituta, desde que esta assuma total e inteira responsabilidade pelo ato.
- 
46. O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi instituído com o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nessa linha, a referida legislação preconiza que
- (A) a proteção integral na modalidade de residência inclusiva será prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
  - (B) é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - (C) a deficiência tem como base o modelo biomédico, que se refere à patologização da deficiência e estabelece meios para que as pessoas com deficiência se tornem funcionalmente independentes e, preferencialmente, produtivas.
  - (D) a oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção deve cumprir as normas vigentes do Ministério da Cidadania, órgão em que está alocada a Secretaria Nacional de Assistência Social, cuja matéria também é extensiva às instituições privadas que são cadastradas no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que recebam recursos públicos para sua manutenção.
  - (E) cabe exclusivamente aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas) garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.



47. A intersectorialidade se configura como uma nova forma de trabalhar, governar e construir a política social, e é apontada como requisito da proteção integral. Portanto, essa construção é uma necessidade porque
- (A) parte da lógica de complementaridade de setores, por meio das ações fragmentadas, considerando que, se cada política social cumprir com o seu papel, as necessidades da população serão atendidas em sua totalidade, isto é, nas suas diversas dimensões.
  - (B) os usuários são encaminhados de setor em setor, o que faz com que tenham a satisfação integral de suas necessidades, pois, ao preencherem um cadastro nos diversos serviços e repetirem o relato da mesma história nos vários atendimentos, as vulnerabilidades vão se evidenciando de forma mais contundente.
  - (C) parte da lógica da mera e simples justaposição de projetos que são realizados de maneira setorial, de maneira que um projeto pode sobrepor o outro, o que acarreta a complementação da ação da outra política social.
  - (D) nega a setorialidade, anulando a singularidade do fazer setorial, e adota uma perspectiva de polivalência, na medida em que os conhecimentos e práticas das políticas sociais têm a mesma finalidade e uma mesma sustentação legal, que parte da Constituição Federal de 1988.
  - (E) é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social.
- 
48. A dimensão territorial se constitui como um dos elementos fundamentais para uma nova perspectiva de orientação das políticas sociais para que consigam abarcar e enfrentar as desigualdades concretas existentes nos diversos lugares. Nessa linha, a noção de território deve
- (A) se ater aos indicadores e estatísticas dos territórios, os quais cientificamente têm se constituído em mecanismos seguros e confiáveis para fornecer, com clareza, a base fundamental e o conhecimento das dinâmicas relacionais que estão presentes no cotidiano das comunidades.
  - (B) considerar que é definido exclusivamente pelo perímetro espacial dos locais de moradia e, em se tratando de um objeto de intervenção, há necessidade de se fazer um inventário das características, variáveis e determinações presentes e que se constituirão como comunidades de referência.
  - (C) ter como única e principal referência a compreensão de que se trata de um espaço administrativo que tem um limite definido em um mapa administrativo para que facilite o planejamento, a execução e avaliação das ações, delimitando, assim, público e área específica, desconsiderando as questões universais ou que tenham uma perspectiva mais totalizante da realidade.
  - (D) ser considerada para além do espaço físico e conter uma revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive no território, às relações que se estabelecem no local, que o constroem e reconstróem, pois se refere aos aspectos objetivos da realidade vivida pela população e também à dimensão subjetiva percebida nas manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas.
  - (E) levar em conta as demandas sociais a partir de públicos-alvos específicos, considerando as características e necessidades comuns de diferentes segmentos, como os idosos, as pessoas com deficiência, as crianças e os adolescentes etc., o que facilita a intervenção e torna possível oferecer respostas homogêneas.
- 
49. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais prevê que as ações e atividades deverão ocorrer de forma intersectorial, integrada, coordenada, sistemática. Para tanto, também será necessário observar o cumprimento de alguns princípios, dentre os quais:
- I. o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros aspectos, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.
  - II. a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
  - III. a promoção dos meios necessários para garantir a participação representativa dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social relacionadas aos seus direitos e interesses, por meio de representantes não pertencentes a estas comunidades, mas que sejam pesquisadores, estudiosos e militantes na área e que conheçam a realidade vivenciada e as necessidades dessa população.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I, apenas.



50. Nas políticas sociais, a centralidade no trabalho social com famílias tem destaque, com inovação do conceito de família e elementos que permitem a reconstrução de um trabalho em bases críticas. Portanto, dentre as novas configurações para que essa ação possa contribuir com a superação da subalternidade histórica dos usuários, é correto afirmar que
- (A) o trabalho realizado com as famílias deve ultrapassar a noção de subjetividade individual para a dimensão coletiva, promovendo a organização social, a participação popular, e a passagem da necessidade ao direito, como possibilidades concretas de construção de novos significados e práticas, inclusive a de sujeitos de direitos.
  - (B) as práticas devem estar voltadas para o aconselhamento e acompanhamento que tenham a perspectiva de ensinar a família a administrar recursos, disciplinar os filhos, exercer as funções do cuidado e proteção, considerando que as situações que a impedem de exercê-las, estão circunscritas na própria dinâmica familiar.
  - (C) as questões relacionadas ao cotidiano das famílias, como a maternidade, paternidade, criação dos filhos e a proteção de seus membros, são de natureza estritamente privada e, dessa forma, as situações-problema que acontecem e que fogem aos padrões de normalidade devem gerar responsabilização exclusivamente da própria família.
  - (D) as respostas para as situações de carência enfrentadas pela família devem ser buscadas de forma individualizada por meio de recursos da própria família e da comunidade, que podem desencadear um projeto de sociedade com bases na solidariedade, cabendo ao Estado um papel secundário.
  - (E) o trabalho deve partir da concepção natural de família e de suas obrigações, e ser direcionado para aquelas que falharam na sua responsabilidade de cuidado e proteção de seus membros, isto é, com foco para a incapacidade destas, na medida em que as ações públicas devem compensar falência familiar.

51. O Brasil teve uma mudança significativa no campo da proteção social, com relação ao papel do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. Essa mudança é compreendida como
- (A) o estabelecimento de um conjunto de iniciativas públicas que se realizam basicamente na esfera privada, para permitir o acesso a bens, serviços, programas, projetos e renda, e que se organizam exclusivamente para o enfrentamento dos riscos sociais.
  - (B) um sistema regulado pelo Estado, com adoção de medidas públicas contra as privações sociais, considerando que não cabe referendar as privações econômicas com medidas adotadas no campo da seguridade social.
  - (C) o estabelecimento de um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de enfrentar os riscos sociais, a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população.
  - (D) a isenção da responsabilidade do Estado na garantia da proteção social de seus membros, com a adoção de mecanismos de incentivo ao exercício da solidariedade de base familiar e/ou comunitária e regulação própria da sociedade civil organizada.
  - (E) a instauração dos direitos sociais, a partir de uma única via de acesso, isto é, por meio do seguro social, que se constitui como um sistema de cotizações obrigatórias, que dá cobertura para os casos de doença, invalidez, velhice, desemprego.

52. Iamamoto (2013) se refere à prática profissional como uma atividade socialmente determinada pelas condições histórico-conjunturais e estas são mediatizadas pelas respostas dadas pela categoria, dentro dos limites da própria realidade. A conjugação desses fatores contraditórios define o espaço profissional e, para isso, é necessário apreendê-lo como um produto essencialmente histórico, resultante:
- I. do nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças, o que tem desdobramentos nas políticas sociais do Estado, nas organizações institucionais que as implementam, no nível de organização e mobilização popular, entre outros aspectos.
  - II. tão somente, na ótica da demanda profissional já consolidada socialmente, alicerçada na prática rotineira, burocrática, empiricista e tarefaira que se revela por meio da valorização do senso comum e por vezes, desconsiderando a identidade profissional do assistente social, como estratégia para ampliação do espaço profissional.
  - III. do tipo de respostas teórico-práticas, carregadas de conteúdo político, efetuadas pela categoria profissional.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.



53. As diversas refrações da questão social se constituem como objeto de trabalho do assistente social e estão presentes nas diferentes situações que chegam ao profissional como necessidades e demandas dos usuários dos serviços. Para tanto, deve-se compreender a questão social
- (A) como dever moral de prestar assistência aos mais empobrecidos, recolocando essa responsabilidade no âmbito da esfera privada, da responsabilidade social, do espírito de cidadãos solidários para contribuir com a coesão da vida social.
  - (B) a partir de uma análise macroscópica e que expressa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos, o que permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele trabalha com indivíduos sociais que condensam a vida social.
  - (C) como originária da organização social que remonta ao sistema feudal e, por isso, há uma autonomização das múltiplas expressões da questão social, considerando que o trabalho do assistente social é com os fragmentos da vida social.
  - (D) como resultado dos processos sociais naturais que ocorrem na vida em sociedade, que refletem no cotidiano da população, gerando desdobramentos específicos em cada cidadão, e que, por isso, requerem análise desconectadas de uma dimensão de totalidade.
  - (E) como resultado da própria ação de cada indivíduo por suas dificuldades e pobreza, que produzem desigualdades sociais e que requerem ações fragmentadas, dada a pulverização dessas situações vivenciadas.
- 
54. Cabe ao assistente social a identificação daquilo que requer sua intervenção profissional, o reconhecimento de como o seu trabalho irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão contempladas em sua atuação profissional. Para Couto (2009), na formulação de projeto de trabalho profissional é necessário
- (A) estabelecer a interconexão das particularidades que enfeixam a demanda a ser atendida com as determinações gerais da sociedade, sem a qual o trabalho fica reduzido, perdendo a potencialidade de transformação, da qual deve ser portador.
  - (B) partir da compreensão de que sua atuação profissional é isenta de substância política e, ao ser formulado, deve indicar como a necessidade da instituição será atendida, como as demandas da população serão contempladas e como será exercido o controle sobre a população.
  - (C) desconsiderar os condicionantes colocados pela condição de trabalhador assalariado, o que é possível somente nos espaços públicos de atuação profissional, e desenvolver ações na defesa do projeto ético-político alternativo.
  - (D) explicitar com clareza um conhecimento pragmático, descritivo e que tenha foco nas condições individuais das famílias a serem atendidas, considerando que as dificuldades de sobrevivência enfrentadas são consequência de um posicionamento individual do sujeito, de seus familiares e de seus grupos, que, por falta de capacitação ou sorte, vivenciam essa realidade.
  - (E) estar atento para não cair em armadilhas da profissão e fugir do sentido teleológico, com a clareza de que é chamado para prestar serviços que possam corroborar o *status quo* e, assim, contribuir com a melhoria das condições de vida de forma harmônica, o que exige a reprodução do projeto institucional como seu projeto profissional.
- 
55. O assistente social em seu trabalho profissional, ao ser solicitado para fazer a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas em conjunto com outros profissionais, se respaldará na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social nº 557/2009. Nessa linha, sua atuação se pautará na
- (A) elaboração de laudos conjuntos, mas que explicitem a sua área de atuação, contemplando a compreensão do serviço social que se baseia na dimensão específica e particular do indivíduo e que demonstrem com clareza que o enfrentamento das diferentes situações de desproteção social a que está exposto devem ser buscadas via mecanismos de responsabilização da família e dos indivíduos e programas meritocráticos.
  - (B) emissão de manifestação técnica consignando o entendimento conjunto de áreas profissionais, sem que se delimite o objeto de cada uma, tendo em vista que nas regulamentações das profissões é permitido que no trabalho multidisciplinar outro profissional subscreva seu entendimento técnico, inclusive em matéria de Serviço Social.
  - (C) emissão de opinião técnica sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional sem delimitar o seu âmbito de atuação, considerando que, nesse contexto, o objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem contemplar a opinião técnica, acabam se misturando.
  - (D) emissão de sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para a qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.
  - (E) elaboração de parecer conjunto, mas que demonstre a competência técnica e teórico-metodológica do serviço social, e que reafirme a abrangência da profissão que abarca saberes de diferentes áreas; por isso, é o "faz tudo" na instituição e tem autonomia para interferir em outra área da equipe de trabalho.



56. A intervenção profissional do assistente social está permeada por configurações estruturais e conjunturais e pelas formas históricas do enfrentamento da questão social, na maioria das vezes corporificadas por políticas sociais. Desse modo, as políticas sociais
- (A) se constituem em ações governamentais que se configuram como transversais e setoriais, operacionalizadas por diferentes entes federados que se mantêm exclusivamente com orçamento público. Essa forma de financiamento diferencia o que é política social de ações filantrópicas exercidas pela sociedade civil.
  - (B) atuam na preservação e no controle da classe dominada, assim como garantem a legitimação do Estado e do próprio processo de acumulação capitalista, mas também incidem na institucionalização de direitos, na implementação e na organização e mobilização da classe dominada.
  - (C) são dispensáveis fora da perspectiva do capital, na medida em que sua função precípua é a manutenção do modelo econômico pautado na lógica salarial e o anúncio de garantias de direitos sociais previsto pelas políticas sociais não se concretiza na prática.
  - (D) têm sua origem, no caso brasileiro, no modelo escravista, mas com a conotação privatista, uma vez que toda a atenção (saúde, cuidados) era oferecida pelos proprietários dos escravos. Nessa linha, ainda nos dias atuais não há legislação que responsabilize o Estado por sua condução.
  - (E) assumem direção na reprodução do capital e da classe trabalhadora; no entanto, nunca se fez necessário o reconhecimento da dimensão política dessa classe social, na medida em que a organização sindical não pode ser considerada uma modalidade de instituição política.
- 
57. A Burocracia é essencial para a interpretação do trabalho no interior das instituições. Em relação a este tema, segundo Fernando Prestes Motta (1984):
- (A) Para a burocracia é imprescindível a presença da hierarquia; no entanto, essa estrutura tem apenas o objetivo de organização das atribuições, funções e facilitação das rotinas, diferente do modelo piramidal.
  - (B) Não há relação entre burocracia e alienação, na medida em que o poder alienante que torna o trabalhador estranho ao objeto e a si mesmo só era possível no modelo fabril do século XVIII.
  - (C) Não se pode considerar que todo o desenho institucional é marcado pela burocracia, pois há importantes fissuras em sua estrutura organizativa que permitem superar a dominação burocrática.
  - (D) A burocracia caracteriza-se pela separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam, além de ser interpretada pelos temas do poder, controle e alienação.
  - (E) Em que pese a capacidade de controle que a burocracia exerce através do registro e do regramento, há perfeita compatibilidade com o homem integral.
- 
58. O Serviço Social, enquanto especialização do trabalho, tem na Questão Social um elemento importante que deve ser entendido como
- (A) resultante do contexto multidimensional da realidade econômica instituída já no modelo mercantil, das relações sociais e políticas que definem o papel do Estado na oferta das políticas sociais. Desse modo, as políticas sociais constituem o objeto de trabalho do Serviço Social desde sua instituição na Inglaterra com a Lei dos Pobres.
  - (B) parte do processo de desenvolvimento social e econômico que se define por diferentes configurações, sendo que a mais importante demarca o modelo escravocrata, dada a exploração do trabalho, e só retoma com força no período do capitalismo financeiro por sua consequência no aumento do desemprego. Desse modo, o assistente social tem sua atuação definida pela relação com as expressões do desemprego estruturante.
  - (C) fenômeno resultante do modelo de produção fabril que inicia no século XVII produzindo consequências pela aglomeração dos trabalhadores no meio urbano e, por conseguinte, as mazelas da classe trabalhadora até os dias atuais.
  - (D) consequência da inoperância dos Estados Nacionais que deixaram de seguir as orientações do Estado de Bem-Estar Social, resultante das medidas de redução da desigualdade a partir do fim da Segunda Guerra mundial.
  - (E) conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem fundamento na produção social coletiva e apropriação dos seus frutos cada vez mais privada. É na tensão entre a produção da desigualdade e na produção da resistência que trabalham os assistentes sociais.
- 
59. As transformações do mundo do trabalho impactam diretamente a vida dos usuários da política de assistência social, impondo a necessidade de o profissional conhecer suas principais características. Sendo assim, o assistente social convive em seu cotidiano com algumas dessas transformações, tais como:
- (A) o valor do trabalho não é mais determinado pelo tempo necessário à produção e reprodução, superando a correlação entre o trabalho social médio e a manutenção da reprodução da força de trabalho. Evidencia-se a superação da lógica do trabalho no capitalismo.
  - (B) as mudanças impressas no mundo do trabalho sofreram variações nos diferentes setores. No caso do setor de serviços (políticas sociais, comércio e trabalho doméstico), não se pode afirmar que houve impacto total da flexibilização dos direitos trabalhistas nem muito menos impactos da precarização, até porque esse setor (serviços) não gera trabalho produtivo.
  - (C) a flexibilização; precarização; transformação do lucro e da competitividade em eixos estruturantes; diminuição do trabalho formal e regulamentado, incluindo os direitos trabalhistas, além do adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.
  - (D) a ordem societária que impõe um novo modelo de contrato que permita mais agilidade e diminua o custo dos encargos trabalhistas. Essas características podem ser vistas como positivas na medida em que ampliaram os postos de trabalho e, com isso, permitiram ampliar a segurança de autonomia prevista no Suas.
  - (E) o caráter social do trabalho não tem mais a dimensão do trabalho útil, pois não atende as necessidades sociais; a mecanização impede a relação com outros trabalhadores sem, contudo, incorporar o legado material e intelectual de gerações passadas e, desse modo, despreza os avanços históricos das ciências humanas e sociais.



60. Os direitos sociais, ao longo da história, sempre resultaram da capacidade de organização da sociedade civil; sendo assim, há necessidade de reconhecer os fundamentos de mudança, que devem considerar:
- I. Não há situação histórica que não possa ser mudada pela ação organizada dos homens livres e conscientes, cuja força imanente da história é a liberdade e a sua expressão que se concretiza mediante a vontade associativa dos homens.
  - II. A capacidade de conduzir a política de determinados grupos organizados, que, por meio de diferentes formas de interesses sociais, sabem construir uma hegemonia capaz de afirmar uma determinada direção.
  - III. As lutas sociais só são válidas quando logram êxito a partir da mudança da superestrutura.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, apenas.
  - (D) II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
- 
61. A Constituição Federal Brasileira de 1988 institui a Seguridade Social em cujos objetivos previstos no art. 194 consta o modelo de administração das políticas que a compõem. Entre suas características identifica-se
- (A) a elaboração de forma integrada com exclusividade para o financiamento público estatal, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, sendo assegurada a cada área a gestão integrada de seus recursos.
  - (B) a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços; e a redutibilidade do valor dos benefícios com base nos orçamentos anuais das políticas que compõem a Seguridade.
  - (C) a gestão da Seguridade a partir da composição de um conselho único formado por representantes das três políticas que compõem esse sistema público, sendo que esse conselho nacional de seguridade deve ter participação paritária da sociedade civil.
  - (D) o modelo administrativo modernizador que institui um sistema de base de dados integrando as políticas de previdência, saúde, assistência social e trabalho na composição da Seguridade Social.
  - (E) o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- 
62. O Serviço Social é uma profissão que sofre influência da ordem econômica, da dimensão social e política construídas historicamente e está posto na divisão social do trabalho. Sendo assim,
- (A) o Serviço Social, enquanto profissão, está posto no tensionamento entre os processos de reprodução social de um modelo econômico que amplia a desigualdade e o posicionamento político com vistas a outro modelo de desenvolvimento que resulta em nova sociabilidade, assim a dimensão técnico-operativa se circunscreve no âmbito das relações entre a sociedade burguesa e o Estado.
  - (B) a profissão, para ser compreendida como tal, sobretudo em sua luta contra o voluntarismo e o amadorismo, jamais poderia entender seu objeto na dimensão política, pois nessa dimensão se retira o caráter operativo cotidiano e do uso da tecnologia instrumentalizada pela neutralidade. A dimensão política deve ser exercida pelos movimentos sociais.
  - (C) a configuração da profissão é resultante do conjunto de conhecimentos de diferentes ciências, de modo que formata sua estrutura metodológica tendo como pressuposto fundante a capacidade de transitar entre diferentes matizes teóricas e se qualifica por esse caminho eclético.
  - (D) dada a relação orgânica com a classe burguesa desde os primórdios da formalização da profissão, mesmo que leia a sociedade sob a lente da teoria crítica, o atual projeto ético e político do Serviço Social se mantém na defesa dos princípios da posição neutra no que concerne aos direitos sociais.
  - (E) o lócus principal do exercício profissional é a política social e esta necessita ser compreendida a partir de uma leitura científica e técnica, sem atribuir às suas definições a dimensão política que não influencia o exercício profissional do assistente social, pois ele deve se pautar pela destreza e habilidade no uso de seu instrumental.
- 
63. A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) define, em seu art. 5º, atribuições privativas do Assistente Social. No que concerne às atribuições vinculadas ao planejamento, organização e administração de serviços e projetos, destacam-se
- (A) dirigir serviços técnicos e ocupar funções de direção em entidades socioassistenciais de natureza privada.
  - (B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
  - (C) dirigir e coordenar Unidades de Ensino e cursos de graduação e pós-graduação de áreas afins.
  - (D) planejar, coordenar e executar pesquisas na área de serviço social, direitos humanos e direitos sociais.
  - (E) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Políticas Sociais.



64. Aldaíza Sposati (2013), ao tratar da universalidade da proteção social, afirma que essa perspectiva se mostra em confronto com as regras do capital e da acumulação. A afirmação da autora se assenta
- (A) na necessidade de ampliação da proteção social no campo privado para dar vazão às novas demandas frente ao cenário de vicissitudes da vida cotidiana, sobretudo nas periferias das grandes cidades.
  - (B) no campo ideológico e político, uma vez que para a autora não há uma grande determinação da égide do mercado e da sociedade salarial na estrutura da sociedade brasileira, sobretudo quando o Estado passou a ser regido pela Constituição Federal de 1988.
  - (C) na compreensão de que o Estado jamais conseguiria, mesmo que compromissado com a proteção social, dar conta da demanda crescente de vulnerabilidade social, pois esta advém exclusivamente da iniciativa individual dos cidadãos.
  - (D) na possibilidade de complementaridade das diferentes políticas protetivas, porque não se trata de pensar a universalidade na leitura de uma só. Sendo assim, não é pertinente defender o acesso universal a nenhuma das políticas públicas.
  - (E) no significado de igualdade em uma sociedade que, pelas regras do mercado, é fundada na desigualdade. Esse confronto se manifesta em formas múltiplas e permanece presente em contínua luta.
- 
65. A Política Nacional de Assistência Social, editada em 2004, define a sua operacionalização do campo protetivo que
- (A) legitima a responsabilidade dos três entes federados (União, Estados e Municípios) na oferta de benefícios socioassistenciais vinculados à segurança alimentar e aos que apoiam as garantias sociais na saúde.
  - (B) institui as funções de prevenção, proteção e recuperação das vicissitudes e expressões da questão social, e tem como eixo estruturante a interdisciplinaridade, em especial com as políticas de saúde de educação.
  - (C) reconhece a legitimidade das suas demandas protetivas, entendendo-as como resultantes de um processo social econômico e político, e se configura como espaço de construção de protagonismo dos usuários desse direito social.
  - (D) configura o caráter exclusivamente estatal, atendendo às demandas reconhecidas, sendo que prioriza, em função da instituição do BPC (Benefício de Prestação Continuada), os segmentos de idosos e pessoas com deficiência.
  - (E) institui um sistema público pautado pela necessidade de atender as vulnerabilidades sociais, entendendo-as como resultantes da capacidade ou não de os indivíduos aproveitarem as oportunidades que a sua trajetória lhes oferece.
- 
66. A Constituição Federal de 1988 imprime novos direitos sociais que
- (A) dependem de uma mudança radical na sociedade emanada da lógica econômica vinculada ao fim do capitalismo. Sem essa transição, não se conquistam os direitos sociais.
  - (B) estão vinculados aos acordos expressos no arcabouço legal, uma vez que nem sempre a ampliação dos direitos sociais dependeu de disputas entre projetos políticos diferentes.
  - (C) possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.
  - (D) correspondem ao direito à vida, liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei.
  - (E) só podem ser concretizados a partir da definição de um estatuto legal que tenha correspondência com a posição dos Jusnaturalistas e que tenha consonância com o campo dos direitos civis.
- 
67. A complexidade da realidade social – com múltiplos determinantes da vulnerabilidade social, pobreza, violação de direitos e a multidimensionalidade da proteção social – exige que as políticas sociais atuem numa perspectiva intersetorial. A intersetorialidade na execução das políticas sociais
- (A) apresenta dimensões sem necessidade de combinações, tratando-se do conhecimento aprofundado de cada política setorial, cuja articulação pode se dar em momentos específicos em torno de uma ação em determinada situação, um objeto, um tema, uma necessidade.
  - (B) deve ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, ou seja, há a necessidade de realizar uma combinação intersetorial. Para seu êxito não se pode prescindir dos processos de gestão adotados até a atualidade.
  - (C) implica na justaposição de projetos formulados e realizados setorialmente, sendo que a intersetorialidade traz um conjunto de implicações para a ação do Estado, especialmente quanto à voz de mando dos gestores.
  - (D) deve considerar o território como local privilegiado para realizar a articulação entre as políticas sociais, sobretudo pela presença dos sujeitos que são destinatários dos direitos demandados por esses cidadãos, implicando na sua valorização.
  - (E) não permite se constituir num campo de aprendizagem dos agentes institucionais, na medida em que não possui, por si só, um processo estruturador com capacidade de construir repostas articuladas para cada uma das políticas públicas.



68. Ao longo do processo de institucionalização do Suas se observa a importância da necessidade de aprimoramento da gestão do trabalho. A NOB-RH/Suas de 2006 representa um importante instrumento normativo que define diretrizes e parâmetros gerais para a organização e gestão do trabalho profissional. A reflexão sobre esse tema deve se pautar
- (A) na valorização das equipes das unidades de proteção social básica e especial (Cras e Creas), considerando que estas unidades são a essência do trabalho em rede e interdisciplinar.
  - (B) nos dispostos na Lei nº 12.435/2011, complementar à NOB-RH/Suas, pois preveem a gestão do trabalho e a educação permanente como uma atribuição precípua da instância Federal, cujo financiamento passa a ser de sua responsabilidade exclusiva.
  - (C) na natureza do trabalho com seus desenhos e especificidades, na medida em que o Suas se configura no setor de serviços e na esfera pública, e essas duas marcas não sofrem com a fluidez das crises do modelo econômico.
  - (D) primeiramente na especificidade de cada profissão que compõe esse sistema público de proteção, pois o trabalho interdisciplinar é o principal eixo estruturante, e a gestão do trabalho é resultante dessa capacidade integrativa.
  - (E) nos debates do mundo do trabalho e nos processos de reprodução social. No Brasil, em especial na década de 1990 vêm-se aprofundando as formas de precarização motivada pela aceleração da crise de acumulação capitalista.

69. A um assistente social no âmbito da vigilância socioassistencial foi solicitado um trabalho integrado junto ao Cras (Centro de Referência de Assistência Social), com o objetivo de aprimorar a leitura socioterritorial. Para tanto, se fez necessário definir a categoria território adotada na política de assistência social, assim posta:

- I. O território permite compreender a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço.
- II. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes.
- III. O território é o objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos, considerando que as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, apenas.
  - (D) II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
70. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) busca romper com as tradicionais formas de oferta da assistência social no Brasil. Assim, entre as características desse sistema destaca-se
- (A) o estabelecimento das seguranças socioassistenciais, sendo que dentre elas a mais importante é a de atenção intersetorial a ser realizada no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); define a gestão colegiada através das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite (CIB e CIT); e estabelece o financiamento com base na responsabilidade federativa e nos moldes convencionais.
  - (B) o reconhecimento da primazia da regulamentação estatal definindo a responsabilidade de todos os entes federados na oferta das provisões desse sistema público; a atenção não se define mais pelos segmentos – crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiências –, mas com foco na família e no território; e o Suas padroniza as bases operacionais definindo padrões de atenção em todo o território nacional.
  - (C) a nova modalidade de financiamento com base em contrato convencional que reconhece a participação dos três entes federados (União, Estados e Municípios), atribuindo a cada um a responsabilidade de gerir o fundo a partir de contratos com as Organizações Não Governamentais definidas pelo Conselho Local de Assistência Social, e reconhece a primazia da responsabilidade do Estado na condução dessa política social como direito.
  - (D) a ampliação da participação social criando os conselhos deliberativos de assistência social e trazendo para o escopo e obrigação da política de assistência social a responsabilidade de gerenciar os conselhos das políticas transversais como criança e adolescente, idoso e pessoa com deficiência, e estabelece um modelo unificado de gestão em todo o território nacional.
  - (E) a definição e primazia da responsabilidade estatal, mas autoriza os municípios de grande porte a oferecer a gestão das unidades públicas para as entidades beneficentes de assistência social, e os segmentos sociais passam a ser alvo dessa política pública com a demarcação de serviços específicos definidos na tipificação nacional para idosos, crianças e pessoas com deficiência.



71. A política de Assistência Social, conforme a Norma Operacional Básica 2012, em seus artigos 1º e 2º, tem três grandes funções definidas como:
- (A) Proteção social à vida – reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social; Vigilância Socioassistencial – cuja atribuição precípua é analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias; Defesa de Direitos – garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
  - (B) Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios; Intersetorialidade; Equidade como respeito às diversidades dos estados da União.
  - (C) Seguranças socioassistenciais que se subdividem em: renda, convívio e acolhida; Proteção Emergencial de Apoio e Auxílio: quando sob riscos circunstanciais atende em diversificados tipos de serviços e benefícios em articulação com outras políticas sociais; e responsabilidade compartilhada dos três entes federados desenhadas pelos pactos de aprimoramento que se realizam a cada 5 anos.
  - (D) Matricialidade sociofamiliar – respeita os diferentes arranjos, considera o contexto social, econômico e territorial nos quais as famílias estão inseridas; Proteção social básica – ofertada através da rede de serviços socioassistenciais e se opera por meio dos Centros de Referência de Assistência Social; e Garantia de Renda – reconhecida como direito gerenciado de forma federativa pelos três entes federados.
  - (E) Prevenção – contenção de agravos de vulnerabilidade; Proteção – realizada pela proteção básica e especial de alta e média complexidade; e Autonomia – reconhecida como recuperação da capacidade de renda e da ampliação protetiva da família.
- 
72. Foi solicitada à coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) a reorganização do Trabalho Social com Famílias executado no Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). Para tanto, se fez necessária a retomada do seu pressuposto basilar, que se configura como
- (A) eixo primordial à responsabilização da família pela proteção de seus membros, cabendo aos trabalhadores do Paif a competência de avaliar o quanto de proteção essa família é capaz de oferecer e, ao Estado, a complementaridade secundária nessa função.
  - (B) patamar científico na construção da compreensão da realidade. Esse conhecimento deve ser cunhado na perspectiva sistêmica e sob a lente funcional, na medida em que, tanto a família, como a comunidade se relacionam sistemicamente.
  - (C) integração do trabalho de diferentes profissionais que se apropriam dos dados da realidade e atuam a partir do conhecimento do senso comum, tendo a compreensão de que a família é a célula *mater* da sociedade e responsável pela sociabilidade humana.
  - (D) responsabilidade estatal na proteção às famílias, sendo que a garantia dessa proteção requer profissionais qualificados, aptos a compreender a realidade dada e construir conhecimentos, com os quais questionam as estruturas sociais injustas, elaborando estratégias para modificá-las.
  - (E) concepção de família como fundamento da convivência, cuja composição deve ser objeto de intervenção profissional observando os campos de desajustamento. Essa leitura deve se pautar no saber científico que define família a partir dos laços consanguíneos devidamente reconhecidos pelo sistema de leis da sociedade brasileira.
- 
73. Entre as seguranças socioassistenciais inclui-se a Segurança de Renda, que se configura como
- (A) parte exclusiva do Benefício de Prestação Continuada, pois os estados e municípios estão proibidos normativamente de operar qualquer benefício dessa natureza em consonância com o pacto federativo aprovado pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
  - (B) medida para minorar os casos de calamidade pública, e deve ser regulada pela defesa civil e apenas executada em parceria com a rede socioassistencial. Nessa linha, essa segurança está configurada como apoio e auxílio em consonância com a NOB-Suas/2012.
  - (C) resultante da compreensão de que o modelo capitalista de produção e a sociedade salarial nem sempre garantem a sobrevivência a todos os cidadãos, imputando ao Estado a responsabilidade de criar mecanismos de transferência de renda que minimizem as condições de vulnerabilidade social e favoreçam o acesso a outros direitos sociais.
  - (D) definida por um conjunto de condicionantes que incluem a leitura do mérito como acesso a esse benefício. Sendo assim, o elenco de indicadores deve incluir uma análise crítica e detalhada sobre o histórico do indivíduo no que tange ao seu empenho em aproveitar as oportunidades que a vida lhe permitiu.
  - (E) inadequada no escopo das seguranças socioassistenciais, pois tem vinculação direta com as políticas salariais e de trabalho, de modo que não podem se operadas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas).



74. As aquisições dos usuários previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (resolução nº 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social) estão assim descritas:
- I. Compromissos a serem cumpridos pelos gestores em todos os níveis, para que os serviços prestados no âmbito do Suas produzam seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram.
  - II. Resultante de medidas da resolutividade e efetividade dos serviços, a serem aferidas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida, na perspectiva do fortalecimento de sua autonomia e cidadania. As aquisições específicas de cada serviço estão organizadas segundo as seguranças sociais.
  - III. Ofertas do trabalho institucional, organizadas em quatro dimensões: ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço. Organizadas conforme cada serviço, as provisões garantem determinadas aquisições aos cidadãos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I e II, apenas.
- 
75. O trabalho interdisciplinar exige um conjunto de atitudes que permitam a integração da equipe. Desse modo, é fundamental considerar que
- (A) a interdisciplinaridade sugere um processo coletivo de trabalho, demandando uma atitude na formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.
  - (B) não se pode construir o trabalho interdisciplinar senão pela capacidade de desconsiderar os saberes específicos das áreas para a construção de um conhecimento conjunto e crítico sobre a realidade social na qual se quer intervir.
  - (C) a perspectiva de tornar o trabalho cada vez mais coletivo implica negligenciar as responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições que possam ser realizadas por qualquer um dos membros da equipe multiprofissional, cuja defesa de objetivos comuns favoreça a garantia de direitos.
  - (D) as diferentes profissões que atuam nas políticas sociais não necessariamente possuem acúmulos teórico-políticos e esse aspecto constitui o maior e mais importante fator para a construção do trabalho em equipe, uma vez que só na integração é que se consolidam os saberes técnicos.
  - (E) o trabalho interdisciplinar ganha cooperação ao reconhecer que a disciplina na organização e hierarquização dos saberes é elemento essencial. Sendo assim, a eficiência do trabalho depende da estrutura de ordenação no interior da equipe.
- 
76. A atuação profissional na rede socioassistencial prevê a identificação da vulnerabilidade no território de abrangência, além das determinantes históricas e econômicas e dos fatores relacionados à condição de gênero e raça. Quanto a esse tema, é correto afirmar:
- (A) A dificuldade de trabalhar os direitos das mulheres negras recai sobre o fato de que não existem conquistas significativas em suas lutas e de que ainda se colocam na defesa do *éthos* eurocêntrico e da condição de mulheres e homens brancos.
  - (B) A dinâmica social em que está inserida a mulher negra não está determinada pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais e, muitas vezes, direitos básicos de sobrevivência, reivindicando junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências do capital, tal como ele se constitui atualmente.
  - (C) As mulheres negras se colocaram em luta em contraposição ao imposto pela sociedade eurocêntrica, racista, classista, e vêm acumulando protagonismo nas lutas e movimentos que buscam superar as marcas, classificações e as imposições de subalternidade.
  - (D) Dada a condição de subalternidade da mulher negra na sociedade brasileira e mundial, nunca houve condições de esse grupo social se inserir nas lutas por melhores condições de vida, o que agravou ainda mais essa realidade, colocando-o no último patamar de vulnerabilidade.
  - (E) As mulheres negras não têm consciência da sua condição de penúria e desigualdade. Assim, não estão se organizando de forma que possibilite uma articulação com o trabalho da política de assistência social e demais políticas sociais.



77. Ana Elizabete Mota, em seu livro *Cultura da Crise e Seguridade Social*, publicado nos anos de 1990 enunciava um porvir em relação ao processo de reforma previdenciária. Sobre esse tema:
- (A) Em defesa da governabilidade do orçamento fiscal entende-se que as contribuições tanto patronais, como dos empregados devem corresponder à garantia de segurança para os futuros trabalhadores que venham a se aposentar.
  - (B) A defesa de que a reforma da previdência, já anunciada na década de 1990, era e mantém-se como um movimento que tem origem na luta dos trabalhadores, sobretudo das centrais sindicais, cujas bandeiras se colocam sob a égide de que a ordem do capital é imutável.
  - (C) Há uma ação ofensiva do capital para deslocar os objetos reais das lutas dos trabalhadores para o campo de suas propostas de enfrentamento da crise econômica, e a divulgação da crise da previdência procura responsabilizar a todos pela sua solução como se os efeitos dessa crise na seguridade recaíssem de forma equânime sobre capitalistas e trabalhadores.
  - (D) A crise da previdência tem uma forte motivação no processo de assistencialização da seguridade social, que se agrava com a proposição de incluir a assistência social no tripé da seguridade social.
  - (E) A reforma é necessária para ajustes nos déficits do fundo público, uma vez que, ao longo dos anos, a massa de trabalhadores vem diminuindo em proporção ao número de aposentados, que passam a depender do orçamento da previdência, que também vem servindo para suprir outras ações do governo.
- 
78. O cotidiano do trabalho profissional do assistente social no âmbito das políticas sociais não pode prescindir de uma leitura crítica da realidade social. Sendo assim, é necessário que esse profissional
- (A) mantenha uma postura de leitura da realidade pautada em dados concretos e possíveis de serem provados, pois o avanço para temas subjetivos pode incidir em outras áreas profissionais, como é o caso da psicologia.
  - (B) construa pareceres sobre a realidade social com o máximo de neutralidade possível para não incorrer em erro e em desvio ético de deixar o campo científico e filosófico e se voltar para as posturas voluntaristas.
  - (C) considere, ao estudar a realidade, que a aparência e a essência não correspondem a uma unidade dialética e que o método de conhecimento pode abandonar o estudo da manifestação aparente do objeto.
  - (D) deve aprimorar sua capacidade de apreender um todo nas perspectivas objetiva e subjetiva, tendo a clareza de que esse processo de leitura do real não é neutro e tem dimensão política, incidindo no apoio do interesse coletivo de emancipação do ser social.
  - (E) tenha a capacidade de estudo da realidade a partir do caso que se apresenta nos serviços, na medida em que, para o método dialético e crítico, só é possível entender o todo a partir do estudo do individual e concreto.
- 
79. Em um dia de trabalho no Cras, um assistente social recebeu a mãe de um adolescente que havia sido expulso da escola, sob a acusação de que ele já não mais correspondia aos preceitos éticos daquela instituição de ensino. Diante desse relato, coube ao profissional:
- I. Realizar uma reflexão crítica para a compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes às circunstâncias que envolviam a situação apresentada, considerando a garantia de acesso aos direitos sociais que envolviam o adolescente, sua família e a comunidade.
  - II. Articular e avançar num processo coletivo de trabalho, pois não se podem desvincular as demandas individuais das lutas e movimentos pela garantia de direitos que envolvem a oferta de todas as políticas sociais, incluindo a educação.
  - III. Fazer a articulação com a rede no território inicialmente com a educação, mas também incluindo saúde, esporte, cultura, dentre outras áreas, com o objetivo de reconstruir os vínculos e acessos do adolescente e de sua família aos diferentes serviços.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I e II, apenas.
- 
80. Uma das atribuições profissionais do assistente social é elaborar planejamentos. Para Baptista (2003), o estudo de alternativas se correlaciona às análises de
- (A) aceitabilidade, exequibilidade e motivação.
  - (B) simplicidade, comunicação e atendimento das necessidades.
  - (C) intencionalidade, da ação, valores principais e decomposição dos objetivos.
  - (D) consequências, economia da ação, operações e rendimento político.
  - (E) recursos, propósito do crescimento, legitimação e comunicação.